

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Em seu caderno de provas, caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

PROVAS OBJETIVAS

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Texto CG1A1-I

Em 721, um concílio romano presidido pelo papa Gregório II proibiu o casamento com uma *commater*, isto é, a madrinha de um filho, ou a mãe de um filho de quem se fosse padrinho. Isso levou o papado a se alinhar com a legislação promulgada, algumas décadas antes, em Bizâncio. A adoção marcadamente rápida desses princípios sugere que o clero franco já sustentava concepções similares. Isso é ilustrado por um caso curioso contado por um clérigo franco anônimo, em 727. Ele censurava a maneira traiçoeira pela qual a infame concubina Fredegunda havia conseguido se tornar a esposa legal do rei Quilpérico. Durante uma longa ausência do rei, ela persuadira sua rival, a rainha Audovera, a tornar-se madrinha da própria filha recém-nascida. Assim, a ingênua Audovera foi subitamente transformada na *commater* de seu próprio marido, impossibilitando qualquer relação conjugal posterior e deixando o caminho livre para Fredegunda.

Essa artimanha mostra que, poucos anos após o concílio romano de 721, o autor anônimo e seu público estavam bem familiarizados com os impedimentos derivados do parentesco espiritual. Não fosse o caso, seria impossível acusar Fredegunda de seu ardiloso truque. As cartas do missionário Bonifácio conferem testemunho adicional a esse fato. Em 735, ele perguntou ao bispo escocês Pethlem se era permitido que alguém se casasse com uma viúva que era mãe de seu afilhado. “Todos os padres da Gália e na terra dos francos afirmavam que isso era um pecado grave”, escreveu ele. Soava-lhe estranho, já que ele nunca ouvira falar nisso antes. A questão devia preocupá-lo porque, no mesmo ano, escreveu a respeito para dois outros clérigos anglo-saxões. Evidentemente, o missionário até então não estava familiarizado com esse impedimento ao casamento, embora o clero continental, a quem ele se dirigia, considerasse a questão muito grave.

Mayke De Jong, Nos limites do parentesco: legislação anti-incesto na Alta Idade Média ocidental (500-900). In: Jan Bremmer (Org.). **De Safo a Sade. Momentos na história da sexualidade**. Campinas: Papyrus, 1995, p. 56-7 (com adaptações).

Considerando os sentidos e as ideias do texto CG1A1-I, julgue os itens a seguir.

- 1 O tema central do trecho é a difusão da proibição eclesiástica ao matrimônio entre parentes espirituais na Europa da Alta Idade Média.
- 2 Ao qualificar Fredegunda como “infame” (quinto período do texto), a autora do texto demonstra simpatia pela rainha Audovera.
- 3 A autora propõe que a determinação do concílio em 721 formaliza ideias já vigentes entre os membros do clero.
- 4 O caso do missionário Bonifácio, não habituado com as proibições à união de um homem com a madrinha do filho dele, é mencionado no segundo parágrafo do texto como uma exceção que confirma a regra.

Julgue os seguintes itens, acerca dos mecanismos de coesão do texto CG1A1-I.

- 5 No primeiro período do texto, a forma verbal “fosse” descreve uma eventualidade no passado.
- 6 Os vocábulos “sua” e “própria”, ambos no sexto período do texto, indicam posse de Fredegunda.
- 7 No quarto período do segundo parágrafo, o pronome “ele” remete ao termo “bispo escocês Pethlem”.
- 8 A expressão “esse fato”, no terceiro período do segundo parágrafo, remete à acusação contra Fredegunda pelo clérigo anônimo.

Em relação às estruturas morfossintáticas do texto CG1A1-I, julgue os próximos itens.

- 9 No segundo período do segundo parágrafo, o termo “impossível” concorda com “acusar”.
- 10 No terceiro período do texto, o termo “marcadamente” qualifica o adjetivo “rápida”.
- 11 No terceiro período do segundo parágrafo, a expressão “a esse fato” complementa o termo “adicional”.

A correção gramatical, a coerência e os sentidos originais do texto CG1A1-I seriam preservados caso,

- 12 no segundo período do segundo parágrafo, se substituísse “ardiloso” por **doloso**.
- 13 no sexto período do segundo parágrafo, se suprimisse o vocábulo “antes”.
- 14 no último período do texto, se substituísse a expressão “esse impedimento” por **essa interdição**.
- 15 no início do quarto período do texto, se inserisse uma vírgula logo após o vocábulo “Isso”.

Julgue os próximos itens, relativos ao sistema operacional Linux, a redes de computadores e ao programa de navegação Microsoft Edge.

- 16 O Microsoft Edge, em sua versão mais atual, disponibiliza recurso que faz a leitura do texto de uma página da Web em voz alta.
- 17 No sistema operacional Linux, se o usuário estiver acessando o diretório `/bkp/pgerj/` por meio do Shell, então, ao digitar o comando `cd .` e teclar , ele será direcionado para o diretório `/` (barra), ou seja, para o diretório raiz do Linux.
- 18 O Linux utiliza, em seu terminal, os *prompts* padronizados `#` e `$` para, respectivamente, o usuário *root* e outros usuários.
- 19 Uma das finalidades do modelo de referência OSI é permitir a interação dos ativos de redes de computadores sobre os pacotes de transmissão na rede, com base nas diretivas padronizadas do modelo.

Com referência à organização e ao gerenciamento de arquivos e pastas, às noções de vírus, *worms* e pragas virtuais e ao armazenamento de dados na nuvem, julgue os itens a seguir.

- 20 Para descobrir o tipo de uma pasta, utilizando o Explorador de Arquivos do Windows 10, é suficiente clicar com o botão direito do *mouse* sobre a pasta desejada e selecionar a opção *Propriedades*.
- 21 O Google Drive é uma das ferramentas gratuitas que permite ao usuário armazenar e compartilhar arquivos e pastas na nuvem. Além de oferecer serviços de criação e edição de documentos, essa ferramenta disponibiliza 150 GB de espaço gratuito para os usuários armazenarem seus arquivos.
- 22 O *rootkit* é um vírus que não causa dano ao computador do usuário, uma vez que sua característica principal é apagar somente os dados de dispositivos móveis como *pendrives* e HDs externos.
- 23 O *botnet* é um vírus projetado especificamente para mostrar, no computador do usuário, propagandas oriundas das redes sociais.

Julgue os próximos itens, relacionados a aspectos diversos pertinentes a planejamento estratégico.

- 24 Na área de planejamento organizacional, considera-se que o planejamento estratégico, comparativamente ao planejamento tático, é de risco maior, devido à sua maior amplitude e ao seu maior prazo de execução.
- 25 **Situação hipotética:** Elvira, estagiária da área de planejamento organizacional, entende que o resultado final do planejamento estratégico consiste no estabelecimento de agenda de trabalho por período de tempo que permita à instituição trabalhar levando em conta as prioridades estabelecidas e as exceções justificadas. **Assertiva:** Nessa situação, o entendimento de Elvira está correto.
- 26 **Situação hipotética:** Rafael, gestor da área de planejamento organizacional, defende que o sistema de controle e avaliação do planejamento estratégico deve basear-se na relação entre custos e benefícios, e que, para tal, deve-se implementar setor específico, centralizado e diretamente subordinado à alta administração, para a apuração dos valores financeiros envolvidos. **Assertiva:** Nessa situação, o entendimento de Rafael está correto.
- 27 Conforme o modelo Porter de pensamento estratégico, o poder de barganha dos fornecedores se torna mais forte quando eles concorrem contra produtos substitutos.

Acerca da gestão da qualidade aplicada na gestão pública, julgue os itens seguintes.

- 28 O uso do ciclo PDCA não apenas prioriza a melhoria contínua de processos organizacionais, como também propicia o teste, a validação ou a negação de soluções para diferentes desafios.
- 29 Para elaborar e implementar indicadores de qualidade dos serviços de tecnologia da informação, a PGE/RJ pode valer-se do processo de *benchmarking*.
- 30 Tomada de decisões baseada na *expertise* do gestor constitui um princípio fundamental da gestão da qualidade total.

Julgue os seguintes itens, relativos a aspectos diversos pertinentes a noções de direito administrativo.

- 31 No Estado brasileiro, o Poder Legislativo, além da função normativa que lhe é típica, tem atribuição julgadora em situações taxativamente expressas na Constituição Federal.
- 32 A autarquia, em que pese ser pessoa jurídica de direito privado, terá as mesmas sujeições da administração direta, em razão do serviço prestado.
- 33 São considerados putativos os agentes públicos que desempenham atividade pública na presunção de que possuem legitimidade, embora sem investidura regular.
- 34 A descentralização por colaboração ocorre quando o Estado cria pessoa jurídica para transferir a execução de determinado serviço público.
- 35 Os agentes políticos se caracterizam, entre outros aspectos, por possuírem funções de direção e orientação estabelecidas na Constituição Federal.

A respeito da Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro, dos poderes administrativos, dos atos administrativos e do controle e responsabilização da administração, julgue os itens subsequentes.

- 36 Se um servidor removido pela administração por interesse público impetrar mandado de segurança visando anular o ato, ter-se-á, nesse caso, um exemplo de ato discricionário, razão por que será defeso o controle pelo Poder Judiciário.
- 37 Compete à PGE/RJ responder consultas formuladas pelo Tribunal de Contas do estado.
- 38 A motivação do ato administrativo deve ser explícita, clara e congruente, vinculando o agir do administrador público e conferindo o atributo de validade ao ato.
- 39 Convalidado ato administrativo para suprir vício que o inquinava de ilegalidade, os efeitos do ato serão irretroativos.
- 40 Causado dano ao meio ambiente por omissão no dever de fiscalização, a responsabilidade civil do Estado será solidária.

A respeito do conceito de Constituição, das teorias da Constituição e do poder constituinte, julgue os itens a seguir.

- 41 A Constituição Federal de 1988 (CF) permite, excepcionalmente, a iniciativa popular para a propositura de emendas constitucionais.
- 42 A Constituição.com, também chamada de *crowdsourced constitution*, é aquela que se implementa pela participação popular de usuários da Internet que, via *sites* de redes sociais, manifestam seu pensamento em relação a assuntos a serem constitucionalizados.

Julgue os itens subsequentes, a respeito dos princípios de interpretação constitucional e da eficácia das normas constitucionais.

- 43 As normas de eficácia limitada ou de aplicabilidade reduzida são aquelas que só produzem seus plenos efeitos depois da exigida regulamentação.
- 44 Pelo princípio da concordância prática, busca-se, em uma aparente situação de conflito entre bens jurídicos de proteção constitucional, a coexistência harmônica entre eles, de modo a evitar o sacrífico total ou a negação de um deles.

No tocante aos direitos e às garantias constitucionais, julgue os itens que se seguem.

- 45** Será constitucional lei estadual que venha a obrigar que as escolas e bibliotecas públicas tenham um exemplar da Bíblia.
- 46** Não existe no Brasil nenhuma hipótese legal de acolhimento da chamada candidatura nata, ou seja, o direito de o titular de mandato eletivo proporcional ser, obrigatoriamente, escolhido e registrado pelo partido como candidato à reeleição.
-

Julgue os itens a seguir, relativos à organização político-administrativa do Estado e às disposições constitucionais aplicáveis aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e às funções essenciais à justiça.

- 47** A CF reconhece, em casos excepcionais, o direito de secessão aos entes federados.
- 48** Conforme regra consagrada na CF, o presidente da República detém imunidade penal relativa no que se refere às infrações penais que, cometidas antes ou durante o exercício do mandato, não guardem relação com as funções de chefe do Poder Executivo.
- 49** A CF assegura a juízes e promotores vitaliciedade após dois anos de exercício do cargo.
- 50** Uma CPI instalada em Poder Legislativo municipal pode promover a quebra de sigilo bancário.
-

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Com base na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens a seguir.

- 51** As conclusões das comissões parlamentares de inquérito podem ser encaminhadas ao Ministério Público apenas em relação às questões que envolvam a responsabilidade criminal dos acusados.
- 52** É competência comum da União, dos estados, do DF e dos municípios legislar sobre trânsito e transporte.
- 53** Os estados poderão, mediante lei ordinária, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes.
- 54** Compete ao Conselho Nacional de Justiça efetuar o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.
- 55** A CF pode ser emendada mediante proposta de mais da metade das assembleias legislativas das unidades da Federação. Nesse caso, cada uma das assembleias proponentes terá de se manifestar pela maioria relativa de seus membros.

Julgue os itens que se seguem à luz da doutrina majoritária de direito constitucional e da jurisprudência atual e majoritária do STF.

- 56** Surge o direito subjetivo ao recebimento da revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos a partir da previsão de seu percentual na lei de diretrizes orçamentárias. Para o STF, nesse caso, é irrelevante a existência, ou não, de dotação na lei orçamentária anual.
- 57** O controle de constitucionalidade difuso pode ser realizado por qualquer juiz ou órgão do Poder Judiciário. Ele ocorre diante de um caso concreto, no qual se discute a declaração de inconstitucionalidade de forma incidental.
- 58** O poder constituinte reformador subdivide-se em poder constituinte derivado e poder constituinte decorrente.
- 59** Segundo o STF, os procuradores municipais integram a categoria da advocacia pública, a qual foi inserida pela CF no rol das funções essenciais à justiça.

A respeito do mandado de segurança, da ação civil pública, da ação de improbidade administrativa e do incidente de resolução de demandas repetitivas, julgue os próximos itens.

- 60** A impetração de mandado de segurança contra ato omissivo da administração, envolvendo obrigação de trato sucessivo, não se sujeita à decadência.
- 61** A ação civil pública que tenha por objeto indenização por danos causados ao consumidor deverá ser proposta no local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional.
- 62** A instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas pressupõe unicamente a existência de grande quantidade de processos versando sobre a mesma questão.
- 63** Caso promova o ressarcimento integral do dano antes da propositura da ação de improbidade, o agente terá direito subjetivo à celebração de acordo de não persecução civil.

Julgue os itens que se seguem, a respeito da petição inicial, dos prazos, da tutela da evidência e da preclusão à luz do processo civil.

- 64** Salvo se for extremamente oneroso ao autor, a petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação.
- 65** Disponibilizada uma decisão no Diário da Justiça eletrônico em uma terça-feira que seja oito de março, a contagem do prazo terá início na próxima quinta-feira (dez de março).
- 66** O aceitamento tácito da decisão impede a parte de recorrer por configuração da preclusão consumativa.
- 67** Ainda que não seja demonstrado o perigo ao resultado útil do processo, a tutela de evidência será concedida se houver abuso do direito de defesa.

Julgue os itens a seguir, referentes à administração das sociedades anônimas.

- 68** A exemplo das demais sociedades anônimas, as companhias de economia mista terão, obrigatoriamente, de contar com conselho de administração.
- 69** O conselho de administração da companhia será eleito pela assembleia-geral, e por ela destituível a qualquer tempo, para um mandato não superior a três anos, vedada a reeleição.
- 70** Compete ao conselho de administração da companhia convocar anualmente assembleia-geral para deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos.
- 71** O estatuto da companhia poderá criar órgão e outorgar-lhe atribuições e poderes conferidos por lei aos órgãos de administração.

Acerca dos procedimentos relativos à recuperação judicial e ao processo falimentar, julgue os itens seguintes.

- 72** Deferido o processamento de recuperação judicial, no mesmo ato, o juiz determinará a dispensa da apresentação de certidões negativas para que o devedor exerça suas atividades.
- 73** A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação de crise econômico-financeira vivenciada pela empresa, preservando sua função social e o estímulo à atividade econômica.
- 74** A desconsideração da personalidade jurídica é admitida no processo falimentar.
- 75** O plano de recuperação terá de ser apresentado pelo devedor em juízo no prazo de sessenta dias, prorrogável por igual período, contado da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial.
- 76** Até a aprovação do plano de recuperação judicial, o devedor poderá continuar a distribuir lucros ou dividendos a sócios e acionistas.

A respeito do negócio jurídico, das obrigações, dos bens e da vigência das leis, julgue os próximos itens.

- 77** Incluída no contrato regra de interpretação diversa das previstas em lei, ela será considerada não escrita, permanecendo válido o ajuste.
- 78** Carecerá de constitucionalidade lei que permita a alienação de bem de uso comum do povo.
- 79** Se um credor não puder, ou, sem justa causa, recusar-se a dar ao devedor quitação do pagamento da dívida, será lícito a este consignar o pagamento.
- 80** Ainda que não o declare expressamente no seu texto, lei posterior revogará lei anterior se com esta não puder coexistir.

Julgue os itens que se seguem, pertinentes a aspectos diversos relacionados ao direito empresarial.

- 81** Caso uma invenção tenha sido realizada por duas pessoas, o requerimento de patente só será conhecido se for apresentado conjuntamente.
- 82** Independentemente do valor global do certame licitatório, é obrigatória a participação exclusiva de microempresa e empresa de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80 mil.
- 83** Um indivíduo que seja acionista de uma sociedade anônima terá responsabilidade limitada ao preço das ações subscritas ou adquiridas.
- 84** O deferimento do processamento da recuperação judicial tem como consequência imediata a interrupção do curso da prescrição das obrigações do devedor.

Em decorrência de denúncia anônima encaminhada à administração pública e ao Ministério Público, o gestor público adotou providências preliminares e verificou a verossimilhança dos fatos narrados. Em razão disso, foi instaurado processo administrativo disciplinar (PAD).

A comissão processante apurou a ocorrência de alguns fatos ilícitos, entre os quais atos de improbidade administrativa e prejuízo ao erário. Assim, a comissão sugeriu aplicação da pena de demissão a determinado servidor público. Após a oitiva da Procuradoria do Estado, a autoridade competente tomou decisão.

Paralelamente, o Ministério Público também realizou investigação preliminar e, depois, propôs ação de improbidade administrativa pelos mesmos fatos, ainda em curso.

Tendo como referência a situação hipotética apresentada, julgue os seguintes itens, à luz do direito administrativo e do entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

- 85** No caso em questão, é imprescindível que, na portaria de instauração do processo disciplinar, conste a exposição detalhada dos fatos a serem apurados.
- 86** Cabe à autoridade administrativa competente a aplicação da pena de demissão ao servidor, com base no poder de polícia inerente à atividade administrativa em si.
- 87** Caso haja prova suficiente dos atos de improbidade e as respectivas punições estejam prescritas, a ação judicial poderá prosseguir pelo pedido de ressarcimento ao erário, o qual é imprescritível.
- 88** Não é necessária a prévia condenação judicial do servidor por ato de improbidade administrativa, para fins de aplicação da pena de demissão com base no ato ímprobo.

Em determinado mês, a administração pública depositou, em decorrência de erro operacional, o triplo do salário em favor de determinado servidor público.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 89** O prazo prescricional para que a fazenda pública proponha ação de ressarcimento ao erário é de três anos, por ser ato de responsabilidade civil.
- 90** O referido servidor público, mesmo estando de boa-fé, é obrigado a devolver os recursos excedentes.

Com base no que determina a Lei n.º 8.666/1993, julgue os próximos itens.

- 91** A possibilidade de a administração pública alterar unilateralmente um contrato restringe-se a acréscimos em obras, serviços ou compras, visto que as supressões geram prejuízo ao contratado, o que é vedado pela lei.
- 92** Nas contratações de obras, serviços e compras em que seja exigida prestação de garantia, cabe ao contratado, e não à administração pública, escolher o tipo de garantia contratual a ser prestada.
- 93** É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado, ainda que a administração alegue necessidade permanente do serviço.

Julgue os itens que se seguem, à luz das normas constitucionais tributárias.

- 94** A União pode instituir, para produtos fabricados na região nordeste, alíquotas do IPI diferentes das incidentes sobre produtos fabricados na região sul, com vistas a promover o equilíbrio socioeconômico entre essas duas regiões.
- 95** Ocorre o fenômeno da substituição tributária quando a lei atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável por imposto ou contribuição que, originalmente, deveria ter sido pago por outro sujeito.
- 96** Se o proprietário de um imóvel firmar com um interessado em comprá-lo um contrato de promessa de compra e venda daquele imóvel, ocorrerá o fato gerador do ITBI.
- 97** É permitido ao município do Rio de Janeiro instituir IPTU sobre imóveis destinados à exploração de atividades econômicas do governo federal regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário.

Julgue os itens que se seguem, à luz do Código Tributário Nacional.

- 98** Caso a lei defina como fato gerador de determinado tributo uma situação jurídica, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias para a produção dos efeitos que normalmente lhe são próprios.
- 99** Para efeitos fiscais, é dever das pessoas jurídicas manter guarda dos livros contábeis, por até um ano após o prazo de prescrição dos respectivos créditos tributários.
- 100** Se o fisco promover o protesto de uma certidão da dívida ativa, tal ato interromperá o prazo prescricional para o ajuizamento da ação de cobrança do crédito tributário.

Julgue os próximos itens à luz das normas de direito financeiro contidas na Lei n.º 4.320/1964, na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e na Constituição Federal de 1988.

- 101** Em regra, é vedada a realização de despesa sem prévio empenho. No caso de despesa cujo montante não se possa determinar, admite-se o empenho por estimativa.
- 102** É vedada a reabertura de crédito especial no exercício financeiro subsequente, caso a promulgação do ato de autorização do respectivo crédito ocorra no último trimestre do exercício.
- 103** Na lei orçamentária anual, a reserva de contingência é destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.
- 104** São exemplos de despesas correntes as inversões financeiras e as despesas de custeio.

Considerando os princípios e regras constitucionais relativos ao orçamento público federal, julgue os itens a seguir.

- 105** A competência para o envio ao Congresso Nacional do projeto de plano plurianual é exclusiva dos chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- 106** Em razão do princípio da exclusividade, a legislação orçamentária não deve, em regra, conter dispositivo estranho à previsão da receita ou à fixação da despesa.

Em determinada empresa, aberto procedimento interno para a apuração de denúncia, constatou-se que determinado empregado — membro da CIPA — tentou, mediante o uso da própria força, beijar na boca uma colega de trabalho durante o expediente. Com base nessa constatação, a empresa dispensou o empregado por justa causa.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem com base no entendimento do TST e nos dispositivos legais insertos na CLT.

- 107** A aplicação da pena de demissão configurou o exercício do poder disciplinar do empregador.
- 108** É devido o aviso prévio ao empregado, que terá direito a 50% do valor correspondente ao aviso prévio integral.
- 109** Segundo o entendimento do TST, a empresa agiu corretamente, porquanto a conduta do referido empregado constitui motivo para rescisão por justa causa por incontinência de conduta.
- 110** Segundo o entendimento TST, na hipótese em apreço, o fato de o empregado ser membro da CIPA não lhe garante estabilidade, podendo ele ser dispensado por justa causa no período da estabilidade.
- 111** A dispensa por justa causa garante ao trabalhador, de forma imediata, o saque do FGTS, mas não o recebimento da multa de 40%.

Determinada empregada teve seu contrato de trabalho rescindido sem justa causa, tendo o seu empregador lhe concedido aviso prévio indenizado. Durante o período do aviso prévio, a empregada confirmou seu estado gravídico.

Acerca dessa situação hipotética e de aspectos legais e constitucionais a ela pertinentes, julgue os itens subsequentes.

- 112** Na situação em apreço, a confirmação do estado de gravidez, ainda que durante o prazo do aviso prévio indenizado, garante à empregada gestante a estabilidade provisória no emprego.
- 113** Segundo o texto constitucional, a relação de emprego é protegida contra a despedida sem justa causa, devendo a lei ordinária prever indenização compensatória.
- 114** A estabilidade provisória da gestante significa que, desde a confirmação da gravidez a até cento e vinte dias após o parto, ela não poderá ser dispensada.

Com relação a salário de contribuição e acidente de trabalho, julgue os itens que se seguem.

- 115** A agressão física sofrida por um empregado, no seu local de trabalho, enquanto executa suas atividades laborais, é considerado acidente de trabalho para efeito de concessão de benefício previdenciário.
- 116** Os valores devidos pelo empregador a título de pagamento de férias e horas extras aos seus empregados são considerados salários de contribuição.

Julgue os itens subsequentes, acerca do período de carência e da contagem recíproca por tempo de serviço.

- 117** O segurado ativo da RIOPREVIDÊNCIA que entrar em gozo de licença sem vencimentos será isento das contribuições previdenciárias devidas ao respectivo regime, enquanto permanecer nessa condição.
- 118** O trabalhador que, após uma semana de filiação ao regime geral de previdência social, ficar incapacitado para o trabalho por um período de cinco meses em decorrência de um acidente de trabalho não fará jus ao benefício do auxílio por incapacidade temporária.

Com relação ao Regime Jurídico Próprio e Único da Previdência Social no Estado do Rio de Janeiro e ao Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro (RIOPREVIDÊNCIA), julgue os itens seguintes.

- 119 Situação hipotética:** Leda, oficial da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro há mais de vinte anos, faleceu em 14/2/2022, deixando dois filhos — João (com dezesseis anos de idade) e Pedro (com dezoito anos de idade) — e Matilde (com vinte e cinco anos de idade), parceira homoafetiva com quem conviveu nos últimos cinco anos de vida. **Assertiva:** Nessa situação, tanto Matilde quanto os filhos de Leda terão direito a receber pensão por morte da RIOPREVIDÊNCIA, cujo valor será rateado entre eles três, em partes iguais, sendo que Matilde receberá seu benefício de forma vitalícia e os filhos de Leda receberão seus benefícios até completarem a idade de vinte e um anos.
- 120** O promotor de justiça do estado do Rio de Janeiro que concomitantemente tiver exercido o magistério em instituição privada de educação superior poderá utilizar o tempo de contribuição relacionado à atividade docente para efeito de aposentadoria junto à RIOPREVIDÊNCIA.